

CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

JOSÉ FABRÍCIO BALBINO FEITOSA

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: DESAFIOS E FRAGILIDADES

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

JOSÉ FABRÍCIO BALBINO FEITOSA

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: DESAFIOS E FRAGILIDADES

Trabalho apresentado à coordenação de Pós-Graduação do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio como requisito para obtenção do título de especialista em Docência do Ensino Superior.

Orientador: Suziy de Matos Bandeira

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre os principais desafios e fragilidades da educação a distância no ensino superior no Brasil, sob a perspectiva das políticas públicas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que analisou trabalhos publicados entre 2019 e 2023, disponíveis gratuitamente em repositórios on-line e escritos em língua portuguesa. O aumento do número de instituições aptas a oferecer cursos na referida modalidade de ensino e o crescimento da oferta de vagas e cursos configuram um cenário onde contextos desafiadores possam emergir, como a exclusão digital e o decréscimo na qualidade do ensino. A pesquisa foi motivada por debates realizados ao longo do curso e mostra-se relevante para fazer avançar discussões sobre o tema.

Palavras-Chave: Educação superior; educação a distância; políticas públicas.

ABSTRACT

The present work aims to discuss the main challenges and weaknesses of distance education in higher education in Brazil, from the perspective of public policies. This is a bibliographical research that analyzed works published between 2019 and 2023, available free of charge in online repositories and written in Portuguese. The increase in the number of institutions able to offer courses in this type of teaching and the growth in the supply of places and courses create a scenario where challenging contexts can emerge, such as digital exclusion and a decrease in the quality of teaching. The research was motivated by debates held throughout a postgraduate course and is relevant to advance discussions on the topic.

Keywords: College education; distance education; public policy.

1. INTRODUÇÃO

A educação a distância (EaD) é um tema para o qual as atenções se voltaram com bastante ênfase em meio à crise sanitária de COVID-19, pois levou as instituições educacionais a fazer uso dessa modalidade de ensino de maneira emergencial. Entretanto, os debates a respeito da questão vêm de longa data, principalmente nas discussões sobre políticas públicas voltadas para a educação, em especial a de nível superior.

Um dos mais importantes aspectos no que diz respeito ao EaD se dá no âmbito do seu crescimento na última década. Em 2010, eram pouco mais de 380 mil estudantes matriculados na modalidade, enquanto que, em 2020, esse número saltou para mais de 2 milhões. Além disso, apenas entre 2019 e 2020, o número de pessoas matriculadas em cursos a distância teve um acréscimo de 26,2% (MELLO *et al.*, 2023).

Dado esse contexto, o presente trabalho tem por objetivo principal discorrer a respeito dos principais desafios e fragilidades da educação a distância no Brasil na perspectiva das políticas públicas. Para tanto, inicialmente, é feita uma resumida conceituação de política pública, bem como é traçado um breve histórico das políticas públicas educacionais brasileiras. Após isso, são elencados alguns marcos históricos específicos da educação a distância no Brasil e, em seguida, alguns aspectos das políticas públicas brasileiras que visam a promoção da educação a distância. Finalmente, são abordados as maiores fragilidades e os mais relevantes desafios para a EaD no Brasil.

A motivação para este trabalho surgiu a partir de inquietações provocadas em discussões ocorridas em uma disciplina de políticas públicas em um curso de pós-graduação e se mostra relevante para levar adiante o debate sobre o tema, além de dar subsídios para novas pesquisas.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E HISTÓRICAS

2.1 Conceito de Políticas Públicas

De início, faz-se necessário apresentar uma conceituação sobre o tema. Contudo, cabe ressaltar que não há uma única definição capaz de compreender, em sua totalidade, os aspectos concernentes às políticas públicas. Isso exigiu que uma série de teorias e vertentes fossem formuladas ao longo do tempo com vias a dar conta da complexidade do assunto em questão e diversos modelos explicativos foram propostos visando oferecer uma alternativa de abordagem a respeito das políticas públicas, sendo estes divididos, ora em estágios/etapas, ora em grupos inter-relacionais (ALMEIDA; GOMES, 2018). Para os propósitos deste trabalho, será oferecido um enfoque mais geral e recente sobre o tema, enfatizando um aspecto mais abrangente no que diz respeito a políticas públicas.

Assim, política pública é todo um conjunto de ações e iniciativas de governos que visam alcançar determinado objetivo concernente a algum aspecto da vida social. Esse conjunto de ações é selecionado e definido de acordo com o propósito de cada governo e fortemente influenciado pelos mais diversos atores que compõem o círculo político, desde instituições, corporações, partidos e organizações da sociedade civil (SOUZA, 2006).

Por se tratar de uma política, as visões ideológicas em evidência num determinado momento acabam por direcionar a escolha da política a ser adotada. Pode-se falar em mudanças de agenda política da sociedade, no surgimento de uma janela de oportunidade mais propícia para a implementação de tal agenda, além de alinhamentos políticos entre as forças sociais presentes num dado momento (ALMEIDA; GOMES, 2018).

Dessa forma, o papel dos governos de propor e definir políticas públicas encontra-se envolto em um movimento de pressões e influências de inúmeros setores, em maior ou menor grau, e reflete a sociedade e o momento histórico nos quais aparecem. Assim, podemos falar de um processo amplo e complexo, de caráter cíclico, com vários entes participativos, e com distintos níveis de tomada de decisão, que visa atingir metas de longo prazo, apesar de poder ter efeitos a médio e curto prazo (SOUZA, 2006).

A política pública, então, seria uma decisão deliberada de ação ou não ação (omissão) perante de dado problema social que demande uma solução de cunho coletivo que deve ser analisada a partir das indagações "quem ganha o quê e por quê". Esse campo de conhecimento, pois, é cíclico e requer um trabalho contínuo de

aperfeiçoamento, com vistas a averiguar sua aplicabilidade, analisar resultados, propor mudança de rumos ou mesmo sua substituição (FILHO; FONSECA, 2019).

Além da escolha do problema a ser enfrentado e da solução adotada, há ainda o acompanhamento da implementação de tal solução, bem como sua avaliação e elencagem de prováveis pontos de melhoria. Por envolver a ampla participação de diferentes grupos da sociedade, o campo de estudos que se debruça sobre as políticas públicas requer uma profunda interdisciplinaridade, englobando as mais diversas áreas do conhecimento que visam analisar a aplicação de ações governamentais sob diversas ópticas, refletindo os diversos fatores que participam das dinâmicas de jogos de poder que permeiam a criação de políticas públicas (SOUZA, 2006).

2.2 Histórico das Políticas Públicas Educacionais Brasileiras

Para os propósitos deste trabalho, não se fará um resgate minucioso das políticas públicas propriamente ditas, mas, sim, um apontamento da natureza dessas políticas em alguns momentos importantes da história brasileira. Em se tratando de políticas públicas em educação no Brasil, mais especificamente a educação de nível superior, percebe-se haver uma tendência. Desde o período colonial, dá-se pouca importância a necessidade de um ensino superior de qualidade no país. Vemos, com o desembarque da família real portuguesa, a criação de alguns cursos de nível superior, sendo estes não interconectados e sob a tutela da Universidade de Coimbra (MARTINS, 2002).

A independência manteve o cenário quase inalterado. O período imperial é marcado por uma disputa de interesses político-econômicos que tem por consequência postergar a criação de universidades no Brasil, pois essa iniciativa era tida como inapropriada para o contexto da época. Havia quem defendesse a fundação de uma universidade no Brasil, por entender que esse seria o ambiente propício para o alcance do progresso ambicionado, tendo em vista a ampliação das possibilidades de campos de estudo, seja nas ciências naturais e biológicas, seja nas ciências sociais, como também a liberdade de cátedra, de pensamento e descentralização política, que tornariam possíveis a produção e divulgação de conhecimento apartado do crivo religioso e estatal. Entretanto, havia aqueles que entendiam não existir

condições político-religiosas, sociais e financeiras que pudessem justificar a implementação de uma universidade em nosso território, por conta da concentração de poder político na coroa. Enquanto esse embate de ideias acontecia, e visando atender a demanda do mercado local, alguns cursos foram criados nas áreas do direito, medicina e agropecuária, mas isso sem que houvesse qualquer padronização, ou mesmo interligação entre eles (CONCEIÇÃO; SANTOS, 2021).

A república fez com que o debate sobre educação superior avançasse, o que culminou na criação da primeira universidade do país, a Universidade do Rio de Janeiro (BRASIL, 1920). Tal fato se dá, por um lado, na esteira de uma discussão a respeito da função social e papel da universidade no país, seu modelo de funcionamento, além do debate sobre a primazia da laicidade, circunstâncias que fomentam a criação das universidades católicas. Por outro lado, fortalecia-se o fomento à iniciativa privada no ensino superior (MARTINS, 2002).

Com o golpe militar de 1964, e o regime ditatorial, intensificou essa tendência e o setor privado de ensino viu uma oportunidade inédita. O capital privado, aliado aos militares, tiveram mais participação em órgãos de controle das políticas de educação. Esse movimento propiciou mudanças nas leis, que iam desde isenções fiscais até a criação de novas categorias de instituição (centro universitário, por exemplo), que possibilitou-lhe aumentar a sua participação na educação superior. No setor público, os militares viram diminuir a demanda por mais vagas, em decorrência da oferta privada, fazendo crescer o investimento em infraestrutura e pessoal nas universidades públicas. Em outra frente, o arrocho do regime impulsionou a repressão a opositores, afastando de cargos importantes quem considerava subversivo. Cabe ressaltar ter sido nessa época que se veria aparecer um fenômeno ainda presente no ensino superior: as universidades públicas, com superior qualidade, restringida ao privilégio das classes mais abastadas, enquanto as instituições privadas relegadas aqueles que vinham de um contexto socioeconômico menos privilegiado (CUNHA, 2014).

O final do século XX e início do século XXI é marcado por esforços de ampliação e massificação do ensino superior. Os olhares são, outra vez, voltados para o setor privado e, nisso, vemos a criação de programas de bolsas e financiamentos. Se, por um lado, havia o interesse de uma genuína democratização do acesso ao ensino superior em sentido amplo, capaz de alcançar parcelas marginalizadas da sociedade que costumeiramente permaneciam fora das universidades, havia também

uma metamorfose na maneira como a educação passou a ser vista. Se antes o enfoque era acadêmico, agora passa a ser mercadológico (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015).

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

3.1 Histórico da educação a distância no Brasil

É pertinente, dada a natureza deste trabalho, e com vistas a oferecer mais bases para contextualização, elencar resumidamente marcos históricos da educação a distância no nosso país. Não é novidade a noção do uso de uma tecnologia para levar o ensino até determinado local onde o acesso é limitado, e o advento do correio proporciona uma das primeiras formas de ensino a distância em terras tupiniquins (VERGARA, 2007). A mídia impressa já anunciava um curso de datilografia por correspondência ainda no século XIX, no ano de 1891, e, nas décadas posteriores, diversos outros projetos foram surgindo de maneira espaçada, tendo com foco em cursos técnicos em algumas áreas (HAAS; NEVES; STANDER, 2019).

A partir daí, as tecnologias em alta de cada época possibilitarão o desenvolvimento de algumas iniciativas. Com a rádio, alguns projetos são criados visando oferecer cursos profissionalizantes e de línguas, com o auxílio de correspondências, como a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro; a Rádio-Escola Municipal Rio de Janeiro, o Instituto Rádio Técnico Monitor, em São Paulo, a Universidade do Ar, da Rádio Nacional, voltada para o professor leigo (HERMIDA; BONFIM, 2006).

Com o advento da televisão, outros dispositivos foram disponibilizados para a população em algumas regiões do país. Canais de televisão com programação educativa são lançados em diversos estados, como Amazonas, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Mato Grosso etc. (HERMIDA; BONFIM, 2006). Destaca-se, entre essas iniciativas, a criação da Fundação Padre Anchieta, com financiamento público pelo estado de São Paulo, tendo por meta levar ao ar uma programação rica em atividades educativas e culturais. No Ceará, a Emissora de Televisão Educativa preconizou as teleaulas. No Rio de Janeiro, a Fundação Roberto Marinho lança os

programas Telecurso 2000 e Telecurso profissionalizante (HAAS; NEVES; STANDER, 2019).

Além disso, entre as décadas de 1980 e 2000, algumas instituições de ensino superior optam por oferecer alguns cursos na modalidade à distância, com o auxílio da televisão e da disponibilização de material impresso por meio de correspondência, como a Licenciatura Plena em Educação Básica da Universidade Federal de Mato Grosso. Há ainda a iniciativa da Universidade de Brasília de ofertar cursos de extensão utilizando-se desses mesmos mecanismos (HERMIDA; BONFIM, 2006).

Apesar dessas iniciativas terem ocorrido, elas não faziam parte de um mecanismo integrado enquanto política pública, nem possuíam caráter permanente. Esse cenário mudou apenas quando a categoria de educação a distância foi incorporada na legislação brasileira, assunto que será tratado no item seguinte.

3.2 Políticas Públicas brasileiras para promoção da Educação a Distância

Neste tópico, serão apresentados alguns dos principais marcos legais que foram cruciais para a difusão da educação a distância enquanto um instrumento integrado às políticas públicas educativas. Desta feita, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96 (BRASIL, 1996) é vista por diversos autores (HAAS; NEVES; STANDER, 2019; ARRUDA; ARRUDA, 2015; GOMES, 2013) como aquela que normatizou a modalidade em nosso país, a nível federal.

A referida lei dá o pontapé inicial para a criação das bases regulatórias da EaD, incluindo critérios para credenciamento de cursos junto ao Ministério da Educação (MEC), mecanismos de avaliação e controle, bem como oferece, nos tempos da lei, um conceito de ensino a distância. Arruda e Arruda (2015) criticam o caráter tecnicista e mecanizado que a lei dá ao modelo por entenderem que essa versão possui enfoque mediacional e instrumentalista, voltado para tecnologia, sem lograr o devido mérito ao papel docente no processo ensino-aprendizagem.

Em seguida, veio a publicação do Decreto Federal 2.494/98 (BRASIL, 1998), que deixou especificou com mais detalhes os procedimentos burocráticos concernentes ao ensino superior a distância no tangente ao aproveitamento de créditos e validade de diplomas expedidos por instituições de ensino credenciadas.

Em 2001, a Lei Federal 10.172/01 (BRASIL, 2001) instaurou o Plano Nacional de Educação (PNE) que, entre as principais metas, pretendia chegar em 2010 com 30% dos jovens com idades entre 18 e 24 anos no ensino superior, além de pôr em prática políticas para a diminuição de desigualdades. Ainda naquele ano, a Portaria 2.253 (BRASIL, 2001) estabeleceu a possibilidade de instituições de ensino ofertarem até 20% da carga horária dos cursos em métodos de ensino não presenciais. Para Haas, Neves e Stander (2019), instituições de ensino privadas foram as que melhor receberam e se beneficiaram desta portaria, pois viram ali uma maneira de conseguir alguma economia. 3 anos mais tarde, a Portaria 4.059/04 (BRASIL, 2004) autorizou a oferta de disciplinas inteiras, com o mesmo limite de 20% do total de carga horária do curso, em regime remoto.

Apenas em 2005, com o Decreto 5.622 (BRASIL, 2005) que o conceito de educação a distância é modificado para contemplar o papel relacional docente-discente, em que meios tecnológicos são apenas instrumentos. Ainda neste Decreto, são estabelecidas condições para garantia da qualidade do ensino, como aparato físico adequado e corpo docente qualificado. Este Decreto também estabelece as condições para a abertura de polos presenciais de apoio pedagógico, como credenciamento e avaliação no local.

Em 2014, um novo PNE foi aprovado, através da Lei 13.005/14 (BRASIL, 2014), objetivando chegar em 2024 com uma 33% da população jovem (entre 18 e 24 anos) matriculados no ensino superior e, ainda, expandir em 40% a oferta de vagas. Nos anos seguintes, diversos outros dispositivos legais foram oficiados com o intuito de regular e controlar a oferta da modalidade a distância, que via mais abertura no setor privado, almejando a garantia da qualidade do ensino. Porém, como observa Haas, Neves e Stander (2019), a partir de 2016 há um esforço no sentido do relaxamento dessas disposições legais.

O Decreto Federal 9.057/17 (BRASIL, 2017) traz uma série de mudanças na legislação sobre educação a distância, como a possibilidade de abrir novos polos de apoio dispensando credenciamento no MEC; permitir que instituições de ensino superior ofereçam apenas cursos EaD; credenciou instituições públicas de maneira automática para o uso da modalidade.

Esse, além de inúmeros outros dispositivos legais, sinalizam um movimento para desburocratizar o ensino a distância no Brasil, com um olhar secundário no que

tange a qualidade do ensino, além de se atender ao anseio neoliberal do setor de educação privada numa perspectiva mercadológica da educação (HAAS; NEVES; STANDER, 2019).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, como Gil (2002) classifica as pesquisas que visam analisar diferentes pontos de vista sobre um determinado tema. Foram utilizados artigos disponibilizados em repositórios on-line (SciELO, BVS, LILACS), em língua portuguesa, publicados no período entre 2019 e 2023. Foram utilizados os descritores “ensino superior”; “educação a distância” e “fragilidades e desafios”, e foram selecionados trabalhos que abordassem as políticas públicas educacionais.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao longo deste tópico, serão elencados os principais pontos que foram possíveis de observar na pesquisa concernente às fragilidades e aos desafios que permeiam a educação a distância em nosso país. De início, é pertinente destacar, como ressalta Santos *et al.* (2020) a dimensão excludente da tecnologia em um país com as características do Brasil, onde 36 milhões de pessoas não têm acesso a internet (CETIC, 2022).

Os autores mencionam, para além da falta de acesso à internet, a carência de instrumentos, dispositivos tecnológicos, que possibilitem o pleno processo de ensino-aprendizagem, bem como a deficitária aptidão dos indivíduos para o manuseio desses meios, situação que deixa ainda mais em evidência a distância entre as classes privilegiadas e as classes mais baixas (SANTOS *et al.*, 2020).

O ensino a distância também coloca como um aspecto digno de atenção para as políticas públicas a formação docente no que diz respeito ao uso, domínio e manuseio de aparatos tecnológicos. De acordo com Penteado e Costa (2023), o docente, cuja formação anteriormente não tinha um enfoque tão evidente na utilização de tecnologias, passa a se deparar com a necessidade de dominar ferramentas de

edição de vídeo, uso de recursos estilísticos, desenvoltura diante das câmeras, entres outros, para atender a uma demanda da referida modalidade de ensino.

Ainda em se tratando de recursos tecnológicos, há autores a apontar para o seu uso irrestrito e indiscriminado, sem ter em conta o perfil de cada curso ou a dinâmica que permeia a formação em cada área. Ao compreender que algumas áreas exigem o desenvolvimento de algumas habilidades e competências relacionadas ao tato social e ao vínculo pessoal, a prevalência do ensino a distância, marcado pela utilização de tais tecnologias para possibilitar a comunicação, finda por comprometer o alcance dos objetivos citados, podendo trazer prejuízos, no médio e longo prazo, para essas áreas de formação (SARAIVA *et al.*, 2023).

Um outro desafio importante advém da expansão do uso da modalidade a distância no ensino superior no nosso país, como mencionado anteriormente neste trabalho. Saraiva *et al.* (2020) faz referência a intensa participação do capital privado na modalidade no Brasil, ressaltando a sua atenção voltada para números e resultados quantitativos, além do esperado foco primário no lucro. A título de comparação, em 2017, das vagas abertas no ensino superior no nosso país na modalidade EaD, mais de 91% estavam a cargo da iniciativa privada (HAAS; NEVES; STANDER, 2019).

Esses mesmos autores destacam ainda que, apesar do objetivo de ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior, aumentando o número de vagas, as políticas que tornaram possível essa expansão não foram capazes de garantir, ao mesmo tempo, a qualidade desejada do ensino nessas instituições, ressaltando que a maioria delas apresenta um grau de insatisfação significativo por parte dos estudantes. Acrescentam ainda um alerta para a junção de uma legislação que abre portas para a ampliação da oferta de cursos a distância, ao passo que não são oferecidos mecanismos eficazes de avaliação destes (HAAS; NEVES; STANDER, 2019).

Há ainda que se considerar que o ensino a distância no Brasil é atravessado por um aspecto socioeconômico relevante, apontado por Bertolin (2021). O autor chama a atenção para o fato de que a maior parte das pessoas que ocupam as vagas em cursos à distância no Brasil são provenientes de recortes sociais menos privilegiados, o que, segundo o autor, tem reflexos na qualidade do ensino. Isso

concorre para acentuar o nível de disparidade socioeconômico no nosso país, que precisa ser combatida.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidenciado neste trabalho que um dos pontos mais desafiadores para a EaD no nosso país está na garantia de acesso, ou seja, na massificação do ensino, sem comprometimentos na qualidade da educação ofertada. O objetivo de fazer crescer o número de vagas disponíveis, assim como o número de matriculados está sendo alcançado, porém não se está alocando esforços nos mecanismos de avaliação e controle, acarretando decréscimo na qualidade desse ensino.

Além disso, ainda há o aspecto da realidade social brasileira, que exige olhar crítico e demanda cuidados visando garantir que o esforço de democratização do acesso ao ensino superior não seja, ao mesmo tempo, ferramenta de exclusão dos mais necessitados.

Finalmente, a maneira como se deu a implementação, a legislação que regulamenta a modalidade de ensino, bem como a cooptação do capital privado, que transforma a educação em mercadoria com a qual lucrar, constituem um grande desafio de longo prazo, com consequências que serão visíveis apenas posteriormente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. DE A.; GOMES, R. C.. Processo das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. Cad. EBAPE.BR, 2018 16(3), p. 444–455, jul. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/scielo>> Acesso em: 01 out. 2023
- ARRUDA, E. P.; ARRUDA, D. E. P.. Educação à distância no brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educação em Revista**, v. 31, n. 3, p. 321–338, jul. 2015. Disponível em:<<http://www.scielo.org.co/scielo>> Acesso em: 20 set. 2023
- BERTOLIN, J. C. G.. Existe diferença de qualidade entre as modalidades presencial e a distância?. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, p. e06958, 2021. Disponível em:<<http://www.scielo.org.co/scielo>> Acesso em: 20 set. 2023
- BRASIL. **Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920**. Aprova o Estatuto da Universidade do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html> acesso: 09 abr 2023
- _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 set. 2023.
- _____. **Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2494.htm. Acesso em: 21 set. 2023.
- _____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 21 set. 2023
- _____. **Portaria MEC 2.253, de 18 de outubro de 2001**. Diário Oficial da União. Brasília, DF. n. 201, Seção 1, p. 18-19, 19 out. 2001. Disponível em: <https://proplan.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/7/2014/09/Portaria-n%C2%B0-2.253-de-18-de-outubro-de-2001.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.
- _____. **Portaria MEC no. 4.059, de 10 de dezembro de 2004**. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Seção 1, p. 34, 13 dez. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf. Acesso em 21 set. 2023.
- _____. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-publicacaooriginal-39018-pe.html>. Acesso em: 21 set. 2023.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 21 set. 2023.

_____. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 21 set. 2023.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: pesquisa TIC Domicílios, ano 2022: Tabelas.** Disponível em: <https://cetic.br/pt/arquivos/domicilios/2022/domicilios/#tabelas>. Acesso em: 01 out. 2023.

CONCEIÇÃO, J. T. DA .; SANTOS, L. D.. 'A universidade que espere!': propostas para o ensino superior nos discursos de intelectuais da geração 1870. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, p. e152, 2021. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/scielo.>> Acesso em: 01 out. 2023

CUNHA, L. A.. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 127, p. 357–377, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/scielo.>> Acesso em: 01 out. 2023

FONSECA, V.; BONFIM FILHO, E.. Políticas Públicas: Conceito, Ciclo, Processo de Formação e sua Ineficácia no Âmbito do Sistema Penitenciário Brasileiro. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. e38421, 2019. DOI: 10.12957/neiba.2017.38421. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/view/38421>. Acesso em: 5 out. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, L. F.. EAD no Brasil: perspectivas e desafios. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 18, n. 1, p. 13–22, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/scielo.>> Acesso em: 20 set. 2023

HAAS, C. M.; NEVES, L. M.; STANDER, M. D. DE P... As políticas brasileiras para a Educação Superior a Distância: Desafios da expansão. **Rev.hist.educ.latinoam.**, Tunja, v. 21, n. 32, p. 193-226, 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/scielo.>> Acesso em: 20 set. 2023

HERMIDA J. F.; BONFIM C. R. DE S.. A educação à distância: história, concepções e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.166–181, ago 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4919/art11_22e.pdf Acesso em: 05 out. 2023

MANCEBO, D.; VALE, A. A. D.; MARTINS, T. B.. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, p. 31–50, jan. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/scielo>> Acesso em: 01 out. 2023

MARTINS, A. C. P.. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, p. 04–06, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/scielo>> Acesso em: 01 out. 2023

MELLO, S.L.M., et al.. Promover a inclusão e a equidade no Ensino Superior: este é o papel da Educação a Distância no Brasil? **Ensaio: aval. pol. públ. educ.** [online], vol. 31, no. 118, e0233736, 2023. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/scielo>> Acesso em: 01 out. 2023

PENTEADO, R. Z.; COSTA, B. C. G. D.. Trabalho docente com videoaulas em ead: dificuldades de professores e desafios para a formação e a profissão docente. **Educação em Revista**, v. 37, p. e236284, 2021. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/scielo>> Acesso em: 20 set. 2023

SANTOS, B. M. et al.. Educação Médica durante a Pandemia da Covid-19: uma Revisão de Escopo. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, p. e139, 2020. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/scielo>> Acesso em: 20 set. 2023

SARAIVA, A. K. DE M. et al.. A expansão dos cursos de graduação em Enfermagem: cenário, interesses e desafios do ensino a distância. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 55, p. e03784, 2021. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/scielo>> Acesso em: 20 set. 2023

SOUZA, C.. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20 a 45 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/scielo>> Acesso em: 01 out. 2023

VERGARA, S. C.. Estreitando relacionamentos na educação a distância. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 5, n. spe, p. 01–08, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/scielo>> Acesso em: 01 out. 2023